

Visita do ministro da Defesa Nacional à Delegação da ADFA no Porto

“É muito importante que existam projetos desta natureza”



Em visita à Delegação da ADFA no Porto, o ministro José Azeredo Lopes deixou claro que “podem contar, com certeza, com o ministro da Defesa Nacional”, quando terminava o discurso em que aplaudiu a ADFA quanto à “forma como conseguem harmonizar aquilo que têm de continuar a ser, pelo respeito pela natureza e vida associativa da ADFA e, ao mesmo tempo por uma nova vocação pela dimensão social e comunitária que aqui foi bem descrita”.

O ministro da Defesa Nacional visitou as instalações da Delegação do Porto, no dia seis de novembro. A visita teve como objetivo apresentar ao governante o Centro de Apoio Integrado do Porto (CAIP). O ministro da Defesa Nacional reconheceu a importância do projeto e disponibilizou-se para facilitar politicamente a ligação, nomeadamente com o Ministério da Saúde e com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para assegurar a sustentabilidade financeira, técnica e de gestão desta iniciativa da ADFA.

O projeto pretende instalar na Delegação da ADFA no Porto uma estrutura juridicamente autónoma no domínio das Instituições Particulares de Solidariedade

Social (IPSS), de reabilitação psicossocial na área da saúde mental, extensível à comunidade.

Os dirigentes da ADFA, associados e familiares juntaram-se, ao início da tarde, à entrada das instalações da Delegação e receberam as diversas entidades que integraram o evento.

Dadas as boas-vindas ao governante, teve lugar a visita ao Palacete Cor-de-Rosa. As obras estão a decorrer no exterior, com recuperação de paredes e janelas, verificando-se a degradação provocada pelo passar dos anos nos espaços do interior. A comitiva de visitantes entrou, acompanhada pelos jornalistas, e pôde constatar os traços de uma beleza antiga, do início do século XX, que carece de intervenção urgente para que mais não se perca e para que esta estru-

tura histórica possa voltar ao serviço da comunidade através da ADFA.

Houve ainda tempo para uma passagem pelo Centro de Atividades Ocupacionais, com uma curta conversa entre o governante e os utentes, entre os quais um deficiente militar. Uma vez mais, a sala estava cheia de convidados e de jornalistas, que presenciaram o momento.

SESSÃO SOLENE

Na Sessão Solene, depois das palavras de boas-vindas de Joaquim Mano Póvoas, presidente da MAGN, uma passagem pelo historial da ADFA no Porto. Na mesa de honra, a que presidia o ministro da Defesa Nacional, estavam também o general Pereira de Melo, do Comando de Pessoal do Exército, em representação do CEME, o subdiretor do Pólo do Porto do HFAR, coronel médico António Correia, o presidente da DN, José Arruda, o presidente da MAGD, Manuel Santos, e o presidente da Delegação do Porto, Abel Fortuna.

Antes das intervenções, Graciete Cruz, da ADFA, mostrou o plano de remodelação das instalações, quanto aos espaços a consolidar e a criar, e também nas vertentes da acessibilidade e mobilidade. O presidente da Delegação do Porto evocou a data de seis de novembro de 1997, quando foi assinado o auto de cessão das instalações onde está implantado o Palacete. Realçou que este projeto já renovado, ao longo dos últimos 20 anos, é a marca que a ADFA legará aos vindouros, “um sonho de todos nós, e em particular dos associados da Delegação do Porto”, que há muito sentem “as limitações e constrangimentos do espaço da Delegação”. Apresentou o projeto virado para os deficientes militares mas também evidenciou que está e estará aberto à comunidade local, em todos os quadrantes da reabilitação e da reintegração.

INJUSTIÇAS AINDA NÃO REPARADAS

O dirigente da Delegação do Porto aproveitou ainda para salientar “algumas injustiças ainda não reparadas”, enun-

ciando a iniquidade da aplicação do DL 503/99 aos deficientes militares, os prazos para revisão de processos, o IAS, o controlo de rendimentos das Pensões de preço de Sangue e os conceitos de Serviço e Campanha, realçando que “muitas destas questões não têm grande significado no Orçamento do Estado”, e são “medidas de reparação e de justiça”.

O presidente da Direção Nacional da ADFA, José Arruda, sublinhou que “os projetos, como este que apresentamos, são sempre fruto da vontade dos associados”, evidenciando o facto de, pela primeira vez, um ministro da Defesa Nacional visita as instalações da ADFA no Porto. “Acreditamos que Portugal nos apoia e o senhor ministro veio trazer-nos estímulo e força”, acrescentou.

Destacou que o Ministério da Defesa Nacional já conhece o dossier dos deficientes militares, pois a ADFA já o apresentou ao secretário de Estado da Defesa Nacional, cumprindo o mandato da AGNO. Agradeceu também a presença das entidades civis e militares no evento e destacou uma palavra especial para o diretor-geral de Recursos da Defesa Nacional, Alberto Coelho, ali presente, “com o nosso reconhecimento pelo seu empenho”.

José Arruda referiu que “os nossos camaradas mais vulneráveis merecem ser ajudados”, acrescentando que “as mulheres dos deficientes militares, quando viúvas, depois de tantos anos a tratarem dos seus companheiros, ficam numa situação pior e injusta”.

“SÃO MAIS IMPORTANTES”

O ministro da Defesa Nacional anunciou que as farmácias militares serão assumidas a partir do próximo Orçamento do Estado pelo Sistema Nacional de Saúde, deixando de sobrecarregar “uma instituição que não podia nem devia estar sobrecarregada com essa questão” e declarando que “esta questão está resolvida”, com a informação de que ainda que haverá “uma alteração no processo de orçamentação específica dos encargos pela assistência na doença aos

militares com deficiência das Forças Armadas”, a fim de diminuir o tempo de demora da mobilização das verbas.

“Os senhores e as senhoras Deficientes das Forças Armadas são daqueles vivos que são mais importantes que cuidemos. Porque estão assim ou ficaram assim ou pioraram ao serviço de Portugal”, afirmou o ministro, que continuou dizendo que, “de alguma forma, não contribuíram para ela, não nasceram com ela, adquiriram-na ao serviço de Portugal e isso evidentemente não pode ser esquecido por este Governo e não pode ser esquecido por ninguém que se considere cidadão ou cidadã” (ver intervenção na íntegra na página 11).

A visita continuou com uma passagem pela sala de reuniões da Delegação, onde o ministro José Azeredo Lopes assinou o livro de honra e recebeu uma oferta da ADFA, deixando também uma lembrança deste momento. Antes de assinar a dedicatória, o governante apreciou os trabalhos de associados que estão ali expostos, com grande interesse.

No evento estiveram presentes as delegações de Bragança, Coimbra, Famalicão, Lisboa e Viseu. O Museu da Guerra Colonial esteve também representado pelo diretor científico, José Manuel Lages.

Entre as muitas individualidades presentes, destacam-se o presidente da JF de Ramalde, António Gouveia, o representante do CRPG, Guilherme Vilaverde, do PS Porto, Manuel Pizarro, o diretor da ARS Norte, Ponciano Oliveira, o presidente da Associação do Museu da Guerra Colonial, Augusto Silva, a provedora dos Cidadãos com Deficiência do Porto, Lia Ferreira, o provedor municipal dos Cidadãos com Deficiência de Santa Maria da Feira, José Ribeiro, e o provedor para a Pessoa com Deficiência da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, Fernando Peixoto.

No final do evento, foi servido um Porto de Honra no restaurante da Sede da Delegação, em que participaram todos os convidados, dirigentes, funcionários e associados presentes.